



“Salvem o Hospital!”: Sobre patrimônios dissonantes da psiquiatria no Brasil e em Portugal

Viviane Borges¹

Resumo: Abandonados, devolutos, subutilizados, os hospitais que tratarei aqui são patrimônios dissonantes, marcados por contradições e discordâncias quanto aos significados patrimoniais. O presente artigo parte da tessitura de dois museus: o Museu Bispo do Rosário de Arte Contemporânea, no Rio de Janeiro, e o Museu Miguel Bombarda, em Lisboa, tendo como fio condutor Arthur Bispo do Rosário e Jaime Fernandes. O objetivo é problematizar o processo de patrimonialização dos antigos hospitais psiquiátricos onde se localizam tais museus e onde viveram os personagens citados: a Colônia Juliano Moreira e o Hospital Miguel Bombarda. Assim, buscaremos perceber os sentidos históricos e patrimoniais a eles atribuídos, bem como o contraste em relação ao processo de apagamento em que se encontram no presente, problematizando o conceito de patrimônio hospitalar.

Palavras-chave: Colônia Juliano Moreira; Hospital Miguel Bombarda; Patrimônio Cultural; Patrimônio Hospitalar.

“Save the Hospital”: on pshychiatry’s discordant heritage in Brazil and Portugal

Abstract: Abandoned, unoccupied, underused. The hospitals approached here are discordant heritages marked by contradictions and disagreements regarding their patrimonial significance. This article deals with the making of two museums: Bispo do Rosário Museum of Contemporary Art, Rio de Janeiro, and Miguel Bombarda Museum, Lisbon, by having as main theme Arthur Bispo do Rosário and Jaime Bombarda, respectively. The purpose is to discuss the process of turning into legacy the old psychiatric hospitals, which hold these museums, and where Juliano Moreira Community and Miguel Bombarda Hospital once existed. Thus, we try to understand historical and patrimonial senses assigned to them, as well as the contrast with deletion process undergone by these institutions nowadays, finally discussing the concept of hospital heritage.

Keywords: Juliano Moreira Colony Hospital; Miguel Bombarda Hospital; Cultural Heritage; Hospital Heritage.

Introdução

A exumação dos vestígios ligados ao patrimônio hospitalar da psiquiatria é um dos desafios da presente pesquisa. Proponho uma investigação sobre patrimônios dissonantes, marcados por contradições e discordâncias quanto aos significados patrimoniais que comprometem sua existência na atualidade. Uma devassa inspirada pela perspectiva da história do tempo presente, colocando o historiador em “em uma situação ideal para ter empatia com seus contemporâneos sem precisar forçar sua imaginação” (ROUSSO, 2016, p. 264).

Parto de uma impressão pessoal e um desejo de denúncia. Pesquisei na Colônia Juliano Moreira e no Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea entre 2008 e 2010. O núcleo histórico que visitei algumas

¹ Doutora em História Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina UDESC. E-mail: vivianetborges@gmail.com

A pesquisa referente a esse artigo tem apoio do CNPq - Bolsa de Produtividade - PQ1.

vezes há cerca de 10 anos, no qual tive a oportunidade de retornar em 2018, sofreu muito com a ação do tempo. Lugar emblemático, esquecido e degradado, condenado ao apagamento. Tive a mesma impressão, recentemente, ao visitar o Hospital Miguel Bombarda, em Lisboa. Um oceano separa as duas instituições, mas a degradação que ameaça a história da psiquiatria, e daqueles por ela apreendidos, às aproximam em vários aspectos. Em Portugal, saindo do velho Hospital observei uma inscrição no muro de entrada: “*Salvem o hospital!*”. Foi o impacto causado por este pedido de socorro que motivou a tessitura do presente artigo que se propõe a uma dupla função, motivada pela história do tempo presente: servir ao mesmo tempo ao conhecimento e cumprir uma função social.

A noção de patrimônio cultural tornou-se elástica, tudo pode vir a ser investido de sentidos patrimoniais. O que é próprio de uma noção que chega ao ponto de se tornar uma palavra de época, conforme indica Hartog (2017, p. 46), gerando tanto consenso que podemos observar seu emprego em sentidos diversos e por vezes conflitantes (BORGES, 2018b). A elasticidade do conceito abriu novas possibilidades, como a incursão dos “outros” patrimônios e com eles os “outros sujeitos”, até então colocados à margem do panteão daquilo tido como digno de ser rememorado e preservado. Contudo, conforme apontam Bauer e Borges (2018),

apenas recentemente o conceito foi de fato ampliado por meio de políticas públicas e projetos voltados à diversidade de expressões culturais e ainda carece enormemente de ações propositivas que contemplem efetivamente a multiplicidade de identidades e manifestações. Ainda que a perspectiva já tenha sido ampliada para além da pedra e cal, não é difícil inferir que, na prática, o espectro da disputa e do conflito sobre memórias e suas representações segue ativo (2018, p. 33).

Nesse processo, é possível identificar o que pode ser lido como patrimônio dissonante (ASHWORTH; GRAHAM; TUNBRIDGE, 2007), bens carregados de embates éticos, oscilando entre tentativas de preservação e a condenação ao esquecimento. Tais embates permitiram, por exemplo, que instituições e acervos anteriormente relegados ao esquecimento, por sua ligação com grupos sociais incômodos, como os ditos loucos, merecessem novos olhares que os configuraram como produtos culturais de seu tempo. Segmentos sociais historicamente apartados da memória pública, vislumbrados por meios de uma história colonizada que quando não os ignorava os apreendia somente pelo viés do estranhamento, e que passaram a figurar entre os espaços consagrados da arte e do patrimônio cultural.

Atenta a estas questões, proponho a análise da tessitura de dois museus: o Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea, no Rio de Janeiro, e o Museu Miguel Bombarda, em Lisboa, tendo como fio condutor Arthur Bispo do Rosário e Jaime Fernandes, dois artistas-loucos. Neste percurso, intenciono problematizar o processo de patrimonialização dos antigos hospitais psiquiátricos onde se localizam tais museus e onde viveram os personagens citados: a Colônia Juliano Moreira e o Hospital Miguel Bombarda, procurando perceber os sentidos históricos e patrimoniais a eles atribuídos, bem como o contraste em relação ao processo de apagamento em que se encontram no presente, problematizando o conceito de patrimônio hospitalar.

O presente artigo se divide em duas partes complementares, a primeira procura situar Arthur Bispo do Rosário e Jaime Fernandes e os espaços de musealização dentro da Colônia Juliano Moreira e do Hospital Miguel Bombarda. A segunda, procura trazer à tona patrimônios em ruínas que contrastam com as ações propostas pelos Museus, as quais intencionam entrelaçar os sentidos do lugar às propostas de desestigmatização da loucura.

A partir destes exemplos, o texto procura mostrar os embates e as contradições que cercam a

preservação do patrimônio hospitalar ligado a psiquiatria no Brasil e em Portugal.

“Eu vim – 22 – 1938”

É essa a data, segundo deixam entrever os escritos bordados na gola do casaco do uniforme institucional que vestia, aquela considerada por Arthur Bispo do Rosário o marco biográfico mais importante de sua existência, assinalando o seu primeiro contato com a psiquiatria. “Eu vim – 22 – 1938 – meia noite”, marca a data de sua primeira internação psiquiátrica.² O ano de 1938 também foi um marco na vida de Jaime Fernandes, momento em que deu entrada no Hospital Miguel Bombarda (FRÓIS, 2016). Vidas infames e fugidias, como bem descreveu Foucault (2003), condenas a não deixarem rastro, apreendidas por representarem o avesso, a criatividade que insistiu em confrontar a normatividade institucional. Hoje são reconhecidos nacional e internacionalmente como artistas, com obras protegidas, em respeitadas espaços consagrados à arte e ao patrimônio cultural, mas viveram suas existências no anonimato, confinados em espaços de internamento compulsório.

Arthur Bispo do Rosário morreu em julho de 1989, na Colônia Juliano Moreira³, antigo manicômio carioca, depois de cerca de 50 anos entre idas e vindas marcadas por fugas e internamento compulsório. Estima-se que tenha ingressado na Colônia aos 27 anos, contudo a data de seu nascimento é um dado impreciso. Segundo os registros da marinha de guerra do Brasil, Bispo serviu de 1925 à 1933, ele teria nascido em 14 de maio de 1909. Já de acordo com os registros da *Light*, onde trabalhou de 1933 até 1937, a data de seu nascimento é 16 de março de 1911.⁴ No entanto, conforme a inscrição no Livro de Batismo da Igreja de Nossa Senhora da Saúde, na cidade de Japarutuba (Sergipe), onde Bispo nasceu, consta como data de nascimento 5 de outubro de 1909, filho legítimo de Claudino Bispo do Rosário e Blandina Francisca de Jesus.

As obras de Bispo já motivaram teses, dissertações e artigos acadêmicos de diferentes áreas, além de poemas, sambas-enredo, livros, documentários, filmes, fotografias, reportagens, exposições, catálogos, sambas-enredo, peças de teatro, músicas, etc. O prontuário de Bispo desapareceu da instituição no fim dos anos 1980, reaparecendo somente em 2006, com várias páginas faltantes (BORGES, 2019). Já o prontuário correspondente a sua primeira internação no Hospício da Praia Vermelha, é analisado como uma fonte inédita e recentemente descoberta no livro *Arte além da loucura*, de Frederico Morais (2011).

Do seu atestado de óbito, consta a seguinte observação: « Deixa bens: ignorado » (BORGES, 2019). Em 1992, 13 anos depois, um novo discurso afirma que não só Bispo deixou bens, mas que estes 802 objetos, eram “manifestações de um artista genial” e, portanto, patrimônio cultural da cidade do Rio de Janeiro. E em 19 de setembro de 2018 o Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, decidiu, por unanimidade, tornar o Acervo Arthur Bispo do Rosário Patrimônio Cultural do Brasil. Os bens, antes ignorados, tornaram-se patrimônio cultural brasileiro. Para Bispo não era arte, tampouco patrimônio, era sua obrigação: recriar o universo através de miniaturas à espera do Juízo Final, o que lhe conferiu o diagnóstico de esquizofrenia paranoide e um longo internamento.

2 Bispo foi internado em 24 de dezembro de 1938, na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, onde funcionava o antigo Hospital dos Alienados. Ele tinha então 27 anos. Em 25 de janeiro de 1939, ocorreu sua transferência para a Colônia Juliano Moreira, contudo em sua ficha de doente n. 01662, de 25 de janeiro de 1939, a data de entrada registrada é 6 de janeiro de 1939.

3 Atual Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira.

4 Seu registro de nascimento nunca foi encontrado, possivelmente Bispo não tenha nem mesmo sido registrado, mesmo depois da laicização do registro civil realizada pelo Estado brasileiro (Decreto n. 9.886, de 7 de março de 1888, juntamente com os registros de óbito e casamento).

Jaime Fernandes nasceu em 8 de maio de 1899,⁵ em Barco, uma pequena aldeia no distrito da Covilhã, a cerca de 300 Km a norte de Lisboa. Filho de Joaquim Fernandes e Maria de Jesus, (que assim como a mãe de Bispo tem o sobrenome “Jesus”). Em 1923, casou-se com Evangelina Delgado, com quem teve cinco filhos. Morreu em Lisboa em 23 de março de 1969 (FRÓIS, 2016), ou em 27 de março de 1968 (Catálogo XVII Bienal de São Paulo, 1981), 30 anos depois de ter dado entrada no Hospital Miguel Bombarda, em Lisboa.

Jaime tinha 38 anos quando foi internado, assim como Bispo, sob o diagnóstico de esquizofrenia, mas foi somente a partir dos 65 que começou a pintar e a escrever de forma obsessiva. Também Jaime teve seu prontuário perdido, mas diferentemente de Bispo, o documento nunca reapareceu, dificultando a compreensão de suas obras.⁶

O pouco que se sabe sobre sua existência vem do curta-metragem *Jaime* (1974), do cineasta e poeta Atónio Reis e da psiquiatra e cineasta Maria Cordeiro, casal de destaque no cinema novo português.⁷

Quando começou a trabalhar no Hospital Miguel Bombarda, Margarida Cordeiro viu numa das paredes um desenho [...] feito por um paciente que ali passara os últimos trinta anos da sua vida e morrerá um mês antes; reuniu depois mais de cem desenhos de Jaime Fernandes e propôs a Reis fazer um filme sobre aquela produção e o que teria levado até ela. A ideia seria documentar aquela existência (SOARES, 2009, p. 193).

O curta foi realizado a partir dos desenhos e textos encontrados no Hospital e do contato com a viúva de Jaime e algumas pessoas que o conheceram. Bispo também despertou o interesse dos cineastas e documentaristas,⁸ sendo o documentário do psicanalista e cineasta Hugo Denizart, *O prisioneiro da passagem* (1982), um dos raros registros de uma entrevista com o artista. Tais registros documentam existências condenadas a não deixar rastros e corroboram os discursos que instituem a genialidade dos dois artistas marginais. Depois disso, vários outros cineastas, jornalistas, fotógrafos e pesquisadores adentraram no Miguel Bombarda e na Juliano Moreira em busca de vestígios que possibilitasse conhecer melhor os ilustres habitantes, auxiliando a divulgar suas obras e suas existências.

Dos hospícios aos museus

O tombamento do acervo Arthur Bispo do Rosário pelo IPHAN em 19 de setembro de 2018 marca a consagração de Bispo como artista nacional. O anúncio no Portal do IPHAN enuncia “uma vida repleta de mistérios” e a não intencionalidade artística de suas obras, “produzidas sem o propósito de serem

5 Outras publicações apontam que ele teria nascido em 1900.

6 <https://www.publico.pt/2010/10/09/jornal/a-arte-da-loucura--no-hospital-miguel-bombarda-20367279>. Acessado em:23/05/2019

7 Entre as “diversas aplicações do termo ‘novo cinema’ fazem entender que esta designação se refere à produção fílmica surgida no início da década de 60, caracterizando um conjunto de obras que, independentemente das formas e conteúdos propostos, concorriam para o objectivo comum de regenerar o cinema português” (CUNHA, p. 27, 2014). Este movimento de vanguarda do cinema português que teve início no Estado Novo, tomando força nos anos 1960, rompendo com a ideologia vigente e assumindo-se como vanguarda.

8 Sobre Bispo cabe citar o documentário de Fernando Gabeira, *Arthur Bispo do Rosário* (1985), que enfoca principalmente a obra da personagem; e ao vídeo de Helena Rocha e Miguel Przewodowski *O Bispo do Rosário* (1993), baseado nas fantasias da personagem no tocante à estagiária de Psicologia Rosângela Maria, que inspirou algumas de suas obras. Em 2012 foi lançado o filme de Geraldo Motta Filho *O senhor do labirinto*, inspirado no livro de Luciana Hidalgo (1996), o longa-metragem discute os limites entre insanidade e arte, partindo do caso exemplar de Bispo.

consideradas culturais”, as quais teriam instigado “debates sobre os limites entre a arte e a loucura”.⁹ A obra de Bispo foi considerada como “um bem cultural da mais alta relevância para a sociedade brasileira em seus diversos segmentos” (ATA DA 89º REUNIÃO... 2018, p. 37).

As obras de Bispo pertencem ao Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea que funciona nas dependências da Colônia Juliano Moreira, no bairro da Taquara, em Jacarépagua, uma região periférica da cidade do Rio de Janeiro, cerca de uma hora de carro do centro da cidade, marcada por histórias de exclusão e marginalização. Além do hospital psiquiátrico, bem próximo dali, estão localizados o Hospital Santa Maria e Sanatório de Curicica, então destinado ao tratamento dos tuberculosos, e o Hospital Colônia Curupaiti, destinado aos hansenianos. Longe das universidades e dos projetos de extensão, longe do centro histórico e das belas praias.

O Museu teve várias mudanças de nome que mostram o espaço como “parte integrante das forças sociais que, a partir de certos ângulos, reivindicam determinados usos do passado” (RAMOS, 2011, p. 379). Foi criado em 1952 com o nome de Museu Egas Muniz, homenageando o médico que inventou a lobotomia em 1936, método brutal de silenciar os pacientes, que muitas vezes os tornava vegetais. Em 1982 ele passa a se chamar Museu Nise da Silveira, psiquiatra que era radicalmente contrária às formas de tratamento psiquiátrico que considerava agressivas em sua época, como o eletrochoque, a insulino-terapia e a lobotomia. A escolha dos nomes acaba por sintetizar diferentes momentos intelectuais e político-sociais da ciência psiquiátrica: em 1950, a psiquiatria tradicional estava no seu auge; em 1982, a psiquiatria mostrou-se impregnada pelas contestações em relação às condições de internamento (BORGES, 2019). Finalmente, em 2000, Museu Bispo do Rosário, e a partir de 2002, Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea. As mudanças mostram não apenas reivindicações ligadas ao patrimônio cultural e a elasticidade do conceito, mas também à trajetória da própria reforma psiquiátrica brasileira, bem como a invenção de um artista, do anonimato à sagração.¹⁰

Arthur Bispo do Rosário é hoje considerado um artista genial. Suas obras já passaram por renomados museus nacionais e internacionais, bem como eventos prestigiados do mundo da arte, como a 46ª e a 55ª Bienal de Veneza, de 1995 e 2013, respectivamente, a 30ª Bienal de São Paulo, ocorrida em 2012, e a 11ª Bienal de Lyon, em 2011, apenas para mencionar brevemente alguns poucos exemplos (BORGES, 2019, p. 39).

“Ao longo de cinco décadas, Bispo fez bordados, colagens, estandartes e objetos que já foram expostos na Bienal de Veneza, no Victoria & Albert de Londres”,¹¹ uma das mais recentes incursões no Museu de Arte Folclórica de Nova York, em 2015. Contudo, logo após sua morte em 1989, as peças quase foram destruídas pelos próprios funcionários da Colônia, que frente a um cotidiano marcado por necessidades urgentes não compreendiam porque os objetos não poderiam ser reconduzidos às suas funções e seu lugares originais: as canecas e colheres na cozinha, as sandálias havaianas nos pés dos internos ou funcionários e assim por diante. Mesmo o tombamento estadual em 1994¹² não garantiu sua preservação, visto as condições insalubres das celas-ateliê, motivos de queixa do próprio Bispo, a respeito das infiltrações que o levavam a confeccionar capas protetoras para as peças, feitas de saquinhos de leite costurados (BORGES, 2019).

9 <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4835/acervo-bispo-do-rosario-agora-e-patrimonio-cultural-do-brasil>. Acessado em: 20/09/2018.

10 A este respeito ver: (AQUINO, 2004, 2007), (BORGES, 2019).

11 <https://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/04/loucura-de-arthur-bispo-do-rosario.html>. Acessado em 12/05/2019.

12 Processo n. E-18/000.874/92.

Tampouco surtiu efeito a seleção de Bispo como representante nacional da Bienal de Veneza, em 1995, que provocou denúncias na imprensa a respeito do estado deplorável das obras. Na época, foi aventada a transferência do acervo para o Museu Nacional de Belas Artes, o que não chegou a ocorrer. As denúncias na imprensa, referentes à umidade, a cupins e outras pragas, goteiras e depredações, atravessaram a década de 1990, acompanhando as obras de melhorias no Museu, até sua reabertura então com o nome de Museu Nise da Silveira.

Bispo produzia a partir de materiais diversos, dava novos usos a objetos ordinários e usava principalmente a sucata, o lixo da instituição psiquiátrica. Ao longo dos anos de internamento alguns pacientes e também funcionários, auxiliavam a recolher e fornecer material para suas criações — uma série de objetos diversos marcados por inscrições —, as quais muitas vezes requeriam que Bispo desfiasse o próprio uniforme para poder bordar frases, palavras, textos que julgava importantes em sua missão de recriar o universo, bordados autobiográficos.

Jaime Fernandes, além de pintar e escrever, também fazia esculturas, mas estas eram destruídas por determinação da própria instituição.¹³ Jaime também contava com colaboradores, funcionários e pessoas interessadas que forneciam o material para criar suas obras. Mas ao contrário de Bispo, muitas vezes Jaime pagava pelo material com os próprios trabalhos. Assim, se no período em que António Reis e Margarida Cordeiro realizaram as filmagens de *Jaime* (1974) havia muitos desenhos e cartas, hoje quase nada resta no acervo do Hospital.

Em 1980, 74 desenhos de Jaime foram exibidos na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa. Em 1981 a Fundação foi incluída na Bienal de São Paulo, Arte *Incomun*, tornando Jaime um dos artistas participantes da mostra.

Para a exposição Arte Incomun, a Bienal conectou uma produção de ordem diversificada, cujos autores, sejam eles doentes mentais ou indivíduos desatados dos contextos normais da visualidade, sabem fazer fluir da lógica de seus mundos inconscientes uma grande força libertária (1981, p. 7).

Nesse mesmo ano, 1981, Denizart iniciava os trabalhos para a realização do documentário *O prisioneiro da passagem*, mas as obras de Bispo não participaram da Bienal, apesar da proposta estar ligada a arte dos tidos como loucos. No catálogo (1981) é mencionado o fato de grande parte das obras de Jaime terem se perdido ao longo do tempo, muitas delas nas mãos de particulares, como o comerciante de arte Gérard A. Schreiner, que em 1988 possuía a maior parte dos desenhos de Jaime Fernandes (FRÓIS, 2016).

Fróis (2016) menciona 74 desenhos conhecidos, alguns dos quais foram reproduzidos em catálogos, exibidos pela Fundação Gulbenkian em função da já mencionada exposição realizada na década de 1980. Alguns de seus trabalhos encontram-se na Coleção de *Art Brut*, em Lausanne, Suíça, e na Coleção abcd, em Paris.¹⁴ Além disso,

as obras de Fernandes também estão incluídas nas seguintes coleções: A Coleção do Art Brut (Lausanne, Suíça), a Coleção Eternod-Mermod (Lausanne, Begles, França); a coleção Hannah Rieger (Viena, Áustria); Coleção Art Brut abcd de Bruno Decharme (Montreuil, França), Coleção Frédéric Ledure (Montreuil-Sous-Bois, França) e Coleção Karin e Gerhard Dammann, (Tägerwil, Suíça). Tendo começado a desenhar apenas aos 60 anos, a produção artística única de Fernandes continua a ser aceita e admirada (FRÓIS, 2016, P. 33. TRADUÇÃO LIVRE).

13 Idem.

14 <https://www.publico.pt/2010/10/09/jornal/a-arte-da-loucura--no-hospital-miguel-bombarda-20367279>. Acessado em 23/12/2018.

No Museu Miguel Bombarda é possível encontrar referências a Jaime e a outros artistas do hospital. O lugar foi criado nas dependências do hospital, ocupando a área do Pavilhão de Segurança. Com a desativação do Hospital o Museu segue funcionando em horários restritos e mediante autorização prévia da atual proprietária do imóvel, a empresa ESTAMO.¹⁵ Em 2016, o Movimento Cívico pela Salvaguarda e Desenvolvimento do Museu e Património do antigo Hospital Miguel Bombarda, solicitava a reabertura total ao público:

A ESTAMO, empresa pública tutelada pelo Ministério das Finanças, continua (desde 2015, logo após a classificação do edifício principal) a não permitir a visita de turistas estrangeiros e de cidadãos portugueses ao Museu do ex-Hospital Miguel Bombarda, no horário há muito estabelecido (quartas-feiras das 11:00 às 13:00 e sábados das 14:00 às 18:00).¹⁶

O site do Museu segue divulgando tanto o patrimônio edificado, quanto as coleções de “Arte de doente, incluindo Arte outsider (6 mil obras) de todas as décadas do século XX, a mais antiga e maior do país”, o site aponta uma série de autores, destacando Jaime Fernandes. Cabe mencionar ainda a importância conferida pelo Museu a exposição de arte terapia através do azulejo, apontando o professor Miguel Bombarda como responsável por criar no Hospital um dos “primeiros museus de arte de doentes da europa em 1894.”¹⁷ Foi Miguel Bombarda o médico que deu início a coleção de desenhos, pinturas e escritos criados por pacientes do Hospital, algo inovador em Portugal na época. Com o fechamento do Hospital em 2010 o acervo ficou sob a responsabilidade da administração do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, no entanto vale ressaltar que parte da coleção de obras reunidas por Bombarda desapareceu ao longo dos anos (FRANCO, 2017).

O Museu é mantido pela Associação Portuguesa de Arte *Outsider* que luta pelo seu alargamento para “os espaços agora devolutos” do Hospital, procurando valorizar as potencialidades da instituição como “um novo pólo cultural para a cidade de Lisboa”. Em 2015 uma petição foi apresentada ao Governo e à Câmara Municipal de Lisboa, propondo a expansão do Museu Miguel Bombarda para todo o edifício principal do hospital.

[...] moradores, médicos e outros profissionais da área da saúde, o movimento conta ainda com o apoio das Sociedades Portuguesas de Psiquiatria, de Neurologia, de Arte Terapia, de Arte Outsider e da Congregação de S. Vicente de Paulo. Entre os signatários encontra-se o arquitecto Nuno Teotónio Pereira, o professor João Lobo Antunes, a artista plástica Joana Vasconcelos, os historiadores de arte professora Raquel Henriques da Silva e professor Vítor Serrão, o crítico de arte Alexandre Pomar e a cineasta Margarida Cordeiro.¹⁸

O documento contava com 1000 assinaturas, com o apoio de historiadores, cineastas, artistas, instituindo um debate amplamente divulgado pela imprensa, evidenciando uma preocupação com o diálogo público que extravasa as dimensões acadêmicas, relacionando a história do tempo presente a “*sua função de conhecimento e sua função social*” (DELACROIX, 2018, p. 48). Consta ainda no site uma monção pela continuidade e desenvolvimento do Museu de Pintura de Doentes e das Neurociências do Hospital Miguel Bombarda, assinada por artistas, médicos, professores universitários, historiadores, advogados,

15 Empresa de capitais públicos encarregada de revender as edificações adquiridas à privados. Conforme a Lei no 109-B/2001 de 27 de Dezembro de 2001: “A alienação de bens imóveis do Estado às empresas de capitais exclusivamente públicos, subsidiárias da GESTAMO - Sociedade de Participações Empresariais Sociais Imobiliárias, S. A., criada através do Decreto-Lei n.º 209/2000, de 2 de Setembro, efectiva-se por ajuste directo, sem sujeição às formalidades inscritas nos números anteriores”. Sua missão é “constituir veículos empresariais para apoiar a valorização do património imobiliário público e estender a sua ação à gestão e ao acompanhamento de outras participações públicas para além das destinadas a privatização a curto prazo”. <http://www.parpublica.pt/index.php/sample-levels/level-2>. Acessado em: 12/01/2019.

16 <https://www.pportodosmuseus.pt/2016/05/22/movimento-reclama-abertura-de-museu-miguel-bombarda/>. Acessado em: 20/05/2019.

17 http://aparteoutsider.org/?page_id=74. Acessado em: 30/05/2019.

18 <https://www.publico.pt/2015/05/08/local/noticia/movimento-civico-avanca-com-proposta-de-desenvolvimento-do-museu-miguel-bombarda-1694995>. Acessado em: 20/04/2019.

arquitetos, representantes de entidades ligadas ao patrimônio cultural como ICOM e diretores de Museus, como Lucienne Peiry, diretora do Museu de Arte Brut de Lausanne.¹⁹

Patrimônio em ruína

A Colônia Juliano Moreira, atual Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira, conhecida simplesmente como Colônia, foi criada em 1924, em um antigo engenho de açúcar, e era tida como a mais perfeita e apropriada do gênero.²⁰ A instituição tinha como missão recuperar seus internados por intermédio de atividades laborativas, devolvendo sujeitos produtivos ao meio social. Na prática, o tratamento consistia em manter os internados ocupados sem levar em conta suas origens nem inclinações pessoais, além de outros aspectos subjetivos. Logo, apesar de pregarem a reabilitação e a reintegração social dos internos, as colônias desse tipo, em grande parte dos casos, foram criadas em lugares de difícil acesso, escondendo os incômodos doentes mentais dos olhos da sociedade dita normal, reforçando, dessa forma, ainda mais a segregação.²¹

O período situado entre 1978 e 1980, é reconhecido como o início da sistematização das noções que serviriam de base para a reforma psiquiátrica no Brasil. No caso da Colônia Juliano Moreira, o episódio apontado como responsável por dar início a uma série de transformações internas é também a primeira aparição de Bispo à sociedade extramuros: a reportagem produzida pelo jornalista Samuel Wainer Filho, exibida no programa *Fantástico*, da Rede Globo, em 18 de maio de 1980. A reportagem-denúncia, autorizada pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, mostrou que a instituição superlotada comportava 3.007 doentes. A matéria é apontada como responsável por tornar públicas as atrocidades cometidas naquele espaço supostamente terapêutico e por incitar as transformações ocorridas na década de 1980 na Juliano Moreira.

O patrimônio em ruínas existente na Colônia é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) e pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC). As edificações do núcleo histórico da Colônia, como o edifício-sede da antiga Fazenda Engenho Novo, que posteriormente funcionou como pavilhão de internação, os casarões vizinhos e a Igreja da Nossa Senhora dos Remédios, do século XIX, foram tombados em 1990, pelo INEPAC.²² As ruínas do antigo sistema de abastecimento de água do engenho, que data do século XIX, conhecido como Aqueduto dos Psicopatas, foi tombada pelo IPHAN em 1938.²³ A jazida arqueológica do aqueduto foi registrada em 1962 no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do IPHAN.²⁴

19 http://aparteoutsider.org/?page_id=74. Acessado em: 20/04/2019.

20 A respeito da história do lugar ver: Venancio & Potengy (2015).

21 No Brasil, a efetiva criação das primeiras colônias agrícolas ocorreu a partir de 1890. Nesse ano, o professor Teixeira Brandão foi nomeado diretor-geral da Assistência Médico-Legal dos Alienados. Esta englobava o Hospício Nacional de Alienados e as recém-criadas colônias de alienados de Conde Mesquita e São Bento. Unificadas pelo nome de Colônias da Ilha do Governador e localizadas no Rio de Janeiro, foram as pioneiras não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina (BORGES, 2006, p. 44). A Colônia Juliano Moreira evidencia dois momentos da psiquiatria brasileira, pensada inicialmente como colônia agrícola, em consonância as concepções psiquiátricas do final do século XIX, ela se tornaria fundamental para a moderna assistência psiquiátrica estabelecida nas décadas de 1930 e 1940, o hospital-colônia (VENÂNCIO, 2011).

22 O tombamento envolve “o portal do antigo engenho, a antiga sede, o muro que passa atrás desta última, os pavilhões de nº 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7, o chafariz, a Igreja Nossa Senhora dos Remédios e o conjunto de casas dos funcionários”. Processo E-18/001.178/90, em 27/08/1990. http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/369. Acessado em: 30/05/2019.

23 Processo 101-T-38, em 11/05/1938. Inscrição no 53, livro de Belas Artes vol. 1, f. 10. Inscrição no 31, livro Histórico vol. 1, f. 7.

24 Denominada de Jazida do Vale do Mosquito (ANDRADE, p. 36).

Fotos 1, 2 e 3 - Imagens do Núcleo Histórico da Colônia Juliano Moreira, 2018.



Fonte: Acervo Pessoal.

Apesar da proteção legal, o lugar segue em abandono:

Apesar de ser tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac), o Núcleo Histórico da Colônia Juliano Moreira está sofrendo com o abandono. Os investimentos em urbanização do novo bairro, não contemplam a parte histórica que fica esquecida e até mesmo desconhecida pelos moradores da região.²⁵

Uma das poucas edificações em melhor estado de conservação é a igreja, que em 2014 foi reformada por iniciativa dos moradores locais.

Com luvas, pincéis e tinta nas mãos, a dona de casa Eliete Teixeira Gitahy, de 50 anos, e outras três amigas deixaram, há quatro meses, seus afazeres diários para cuidar da manutenção da Igreja Nossa Senhora dos Remédios, na antiga Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá. O templo estava interditado há sete anos pela Defesa Civil por problemas de infraestrutura. Erguida no fim do século XIX e tombada em agosto de 1990 pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac), a igreja, agora, é um dos poucos monumentos do núcleo histórico da colônia, criada para abrigar o hospital psiquiátrico, que não está em ruínas. E será reaberta ao público.²⁶

Foto 4 - Igreja Nossa Senhora dos Remédios, 2018



Fonte: Acervo pessoal.

25 <https://www.amafreguesia.org/colonia-juliano-moreira-patrimonio-abandonado/>. Acessado em: 23/05/2019.

26 <https://oglobo.globo.com/rio/design-rio/colonia-juliano-moreira-descaso-ameaca-acervo-arquitetonico-ecletico-13857976>. Acessado em: 23/05/2019.

Em 2016 o *Jornal Nosso Bairro*, uma publicação local do bairro de Jacarépagua, apontava que a “Colônia sofre a perda de memórias”,²⁷ denunciando o abandono do núcleo histórico. A região vem sofrendo um processo intenso de ocupação, com uma grande expansão imobiliária, com a construção de condomínios e conjuntos habitacionais, no entanto as antigas edificações seguem em descaso.

Em 2015 a prefeitura anunciava melhorias:

A Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá, cuja extensão equivale ao bairro de Copacabana, na Zona Sul, está ganhando cara nova. Se antes era conhecida como um lugar abandonado, sem investimentos do setor público, que carecia de serviços essenciais como saúde, educação e moradia, atualmente é vista por seus moradores como uma localidade digna de orgulho.²⁸

A matéria cita a urbanização de ruas, a construção de unidades de saúde, escolas, centro de convivência e cursos de capacitação tecnológica, além de moradias que objetivam reassentar famílias que viviam em áreas de risco ou precisaram ser realocadas em função das obras na região. Contudo, a imprensa alertava que as antigas edificações atualmente representam um risco à população, infestadas por “ratos e animais peçonhentos, como lacraias, escorpiões e cobras”,²⁹ visto que os investimentos em urbanização não contemplavam a parte histórica.

A discussão deve ganhar novos capítulos com a implantação do Campus Fiocruz Mata Atlântica, “um programa interdisciplinar com um modelo de ocupação que prioriza a preservação, a proteção e a recuperação dos patrimônios ambiental e cultural, consolidando um território saudável e sustentável”.³⁰ Entre as ações previstas e divulgadas em 2011 pela *Agência Fiocruz de Notícias*, estão o “Programa de Preservação do Patrimônio Histórico da Saúde – Arquivo, Pesquisa e Patrimônio Edificado”.³¹

A partir de 2017, quando o Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea completou 35 anos, foram propostas uma série de ações que procuram integrar o patrimônio deixado por Bispo à Colônia Juliano Moreira. Tendo a memória como diretriz dos projetos desenvolvidos e em consonância com o contexto social, o Museu procura dialogar com a região em que está inserido, com a história da cidade, as práticas institucionais, e as relações entre arte e loucura.

Hoje, o Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea toma para si o desafio de se relacionar com seu entorno e se apresentar como um dispositivo cultural potente para a Zona Oeste e para a integração da cidade. A partir do trabalho de Bispo e de seu contexto de criação, a instituição promove o debate para as questões referentes à saúde mental e à arte contemporânea.³²

O Museu propõe um circuito que promove a visitação do núcleo histórico e dos ateliers de arte dos pacientes, procurando sensibilizar os visitantes em relação ao patrimônio ali esquecido através de seu mais ilustre morador. É possível visitar o Centro Histórico da Colônia Juliano Moreira, o Polo Experimental (os ateliers de arte dos pacientes e residências artísticas) e as dependências do Pavilhão 10 do Núcleo Ulisses Vianna, local onde Bispo viveu e onde ocupou um conjunto de celas que serviram como seu atelier.³³

27 http://www.nossobairro.net/pdf/jnb_105.pdf. Acessado em: 23/05/2019.

28 <http://prefeitura.rio/web/guest/exibeconteudo?id=5283778>. Acessado em: 23/05/2019.

29 <https://oglobo.globo.com/rio/design-rio/colonia-juliano-moreira-descaso-ameaca-acervo-arquitetonico-eclético-13857976>. Acessado em: 23/05/2019.

30 <https://agencia.fiocruz.br/fiocruz-começa-a-ocupar-um-novo-campus-no-rio-de-janeiro>. Acessado em: 23/05/2019.

31 <https://agencia.fiocruz.br/fiocruz-começa-a-ocupar-um-novo-campus-no-rio-de-janeiro>. Acessado em: 23/05/2019.

32 <http://museubispodorosario.com/museu/o-museu/>. Acessado em: 30/05/2019.

33 <http://museubispodorosario.com/museu/o-museu/>. Acessado em: 30/05/2019.

Assim, ao fazer o circuito o visitante passa pelos prédios tombados e abandonados da velha Colônia, e pelos ateliers e oficinas de arte, onde é possível observar a recriação de peças de Bispo em mosaicos, colagens, camisetas, bordados, uma miríade de possibilidades que têm estimulado o artesanato local. Apesar da visibilidade de Bispo e da proposta integradora do Museu, o abandono do lugar segue como uma ameaça sempre a espreita.

Salvem o Hospital!

Foto 5 - Hospital Miguel Bombarda, 2019.



Fonte: Acervo pessoal.

A inscrição no muro do Hospital Miguel Bombarda soa como um grito de socorro vindo do interior das edificações em ruínas. Ao contrário da Colônia, o Hospital fica em área nobre e central de Lisboa, junto ao Campo dos Mártires da Pátria, mas escondido por altos muros e portões gradeados, quase inacessível à olhares curiosos. O Hospital foi fundado em 1848 e ocupou a área de um grande convento, o antigo convento da Ordem de São Vicente de Paulo, na Quinta de Rilhafolles, sendo o primeiro Hospital Psiquiátrico de Portugal.

O complexo foi vendido pela Câmara Municipal de Lisboa em 2009, por cerca de 25 milhões de euros.³⁴ Depois disso, foram classificados como conjunto de interesse público os edifícios do balneário D. Maria II, destinado a banhos terapêuticos e ricamente revestido por azulejos, e do Pavilhão de Segurança (8ª Enfermaria), datado do final do século XIX, construído para os doentes oriundos da Penitenciária, com seu Panóptico circular descoberto. Em 2013 foi solicitada a ampliação da classificação, a fim de abranger o Edifício Principal (antiga Casa da Congregação da Missão de São Vicente de Paulo).

A deterioração do Hospital desde a sua venda tem sido motivo de debate constante na imprensa. Em 2017 o movimento cívico Fórum Cidadania Lx (ou Movimento Fórum Cidadania Lisboa), publicou uma carta endereçada a empresa proprietária do bem, solicitando, “o quanto antes, a colocação de uma cobertura provisória” sobre o Salão Nobre do edifício principal do Hospital Miguel Bombarda, o qual estava com fendas abertas “na parte central devido a infiltrações pelo telhado.”³⁵

34 <https://www.publico.pt/2017/08/18/p3/noticia/forum-cidadania-lx-quer-patrimonio-devoluto-do-estado-convertido-em-habitacao-1828458>. Acessado em: 20/05/2019.

35 <https://www.publico.pt/2017/08/18/p3/noticia/forum-cidadania-lx-quer-patrimonio-devoluto-do-estado-convertido-em-habitacao-1828458>. Acessado em: 20/05/2019.

Fotos 6, 7, e 8 - Hospital Miguel Bombarda, 2019.



Fonte: Acervo pessoal.

O forte debate travado junto à imprensa a respeito do abandono do Miguel Bombarda é marcado pela presença de diferentes segmentos sociais que procuram integrar a história do lugar a seus personagens mais célebres numa tentativa de sensibilização da sociedade:

Aqui viveram, alguns deles durante décadas, artistas como Jaime Fernandes (que António Reis retratou no filme *Jaime*), hospitalizado aos 37 anos com esquizofrenia, e que passou 30 anos no Miguel Bombarda, onde acabou por morrer em 1969; poetas como Ângelo de Lima; e outros, como o bailarino Valentim de Barros - do qual há uma fotografia à porta da sua cela, cheia dos tecidos que bordou enquanto viveu no Pavilhão de Segurança.³⁶

A reportagem de 2009 se refere também ao Pavilhão de Segurança, que motivou a publicação do então administrador do hospital, o historiador de arte Vítor Freire *“Panóptico, Vanguardista e Ignorado”* (2009). Em 2015 o Canal de televisão RTP fez um programa especial intitulado *Visita Guiada ao Hospital Miguel Bombarda*, tendo como guias o psiquiatra Fernando Vieira, funcionário do hospital, e o arquiteto José António Bandeirinha, professor da Universidade de Coimbra. O programa aponta o Pavilhão de segurança como patrimônio cultural, um “exemplar raro no mundo”.

O debate segue reverberando na imprensa. O processo de tombamento do Hospital³⁷ possui quatro volumes e nele é possível encontrar várias matérias jornalísticas que denunciam o estado de abandono do lugar. O processo aponta tanto o valor histórico das edificações ligadas ao antigo convento, como as que foram sendo construídas ao longo tempo para atender as especificidades do hospital. Em um parecer emitido pelo Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico (IPPAR) consta:

Consideramos que estes edifícios constituem um espaço com grande carisma e marcam um local de indiscutível e incontornável carga histórica, no qual toca a história da psiquiatria e às soluções arquitectónicas/técnicas neles apresentadas, de carácter único a nível nacional, paradigmáticos de um determinado período cultural e social (IPPAR, 2005).

São ressaltadas as correntes estéticas da época, como “arquitetura de ferro e industrial, revivalismo renascentista e gótico, decorativismo português de azulejaria de fachada”, além de aspectos ligados a história

36 <https://www.publico.pt/2009/06/14/jornal/o-pavilhao-maldito-que-sobrevive-escondido-no-coracao-de-lisboa-310112>. Acessado em: 30/05/2019.

37 Número do Processo: 99/3 (18). Código do sistema: Processo 13707.

da psiquiatria como “elementos da atividade médica mais avançada da época” e as figuras médicas ilustres que por lá passaram como Bernardino António Gomes, Guilherme da Silva Abranches.

A proteção patrimonial não impediu a degradação e deixa de fora uma série de outras edificações relevantes, ameaçadas de demolição total ou parcial.

Em Dezembro de 2010, o IGESPAR (actual DGPC) classificou como Conjunto de Interesse Público dois dos edifícios do Hospital Miguel Bombarda: o Balneário D. Maria II e o Pavilhão de Segurança, ambos de extrema raridade nacional e internacional. Incluiu ainda na respectiva Zona Especial de Protecção (ZEP) todo o recinto hospitalar, reconhecendo assim o inigualável valor do Hospital Miguel Bombarda. No entanto, a classificação diz respeito unicamente aos edifícios, não fazendo referência ao riquíssimo património móvel a ele associado. Ainda que o Balneário, o Pavilhão de Segurança e o Edifício Principal se encontrem classificados e o Museu do Hospital se mantenha parcialmente aberto ao público, os restantes edifícios, independentes entre si e com funcionalidades diversificadas, encontram-se em risco de total ou parcial demolição (BARBOSA; SIMÕES, 2014, p. 39).

Patrimônios dissonantes

Devolutos, abandonados, subutilizados, em constante reconfiguração funcional, os hospitais são patrimônios dissonantes, espaços marcados por uma longa trajetória histórica, conforme coloca Michel Foucault (2000). Certamente trato aqui de processos diferentes, mas que se aproximam em suas contradições e discordâncias quanto aos significados patrimoniais atribuídos a estes espaços. O patrimônio hospitalar pode ser compreendido na chave do patrimônio cultural da saúde, como “um conjunto de bens materiais e simbólicos socialmente construídos, que expressam o processo da saúde individual e coletiva nas suas dimensões científica, histórica e cultural” (TERMO..., 2015). A noção é marcada por contradições, conflitos e por vezes sentimentos negativos (COSTA; SANGLARD, 2019). Locais ligados a cura e a vida, mas também a dor, ao sofrimento e morte, marcados exatamente por estas contradições que se tornam aspectos emblemáticos e difíceis na tessitura da patrimonialização destes espaços. Embates complexos que vão muito além de questões arquitetônicas.

É possível perceber os hospitais como patrimônio cultural da saúde, mas é necessário tomá-los em suas especificidades, como patrimônios relacionados ao sofrimento. Em detrimento da alteração de funções ao longo dos anos, da assistência aos pobres e desvalidos, à locais de recuperação da saúde e de excelência médica, “é a relação com o sofrimento e a morte que permanece representada em nosso imaginário social, sobretudo desses hospitais que promoviam a segregação como forma de tratamento” (SERRES, 2015, p. 1422). Quando pensamos nos hospitais psiquiátricos esse movimento se associa “a possibilidade de memórias dissonantes e marginalizadas, emergirem, relacionadas a objetos, edificações e lugares que demandam reconhecimento” (BAUER; BORGES, 2018).

Os novos usos da Colônia Juliano Moreira e o fechamento do Hospital Miguel Bombarda são reconfigurações motivadas pelos ventos trazidos pela Reforma Psiquiátrica. Tal processo teve início em Portugal em 1960³⁸ e no Brasil nos anos 1970,³⁹ propondo ações que possibilitam a desospitalização,

38 Lei de Saúde Mental no. 2118, de 1963. A respeito da reforma psiquiátrica em Portugal ver: Filho et. al. (2015), Hespanha (2010), Siqueira- Silva, Nunes, & Moraes, (2013).

39 De acordo com Andrade (2012, p.21), “a reforma psiquiátrica brasileira está em curso há aproximadamente trinta anos e caracteriza-se por um processo complexo, responsável por um conjunto de transformações teóricas e práticas que têm como objetivo redirecionar a assistência psiquiátrica no país”. A lei n.10.216, de 06 de abril de 2001 é considerada um marco na tentativa de implementação de mudanças na área. A esse respeito, ver também Desviat (1999); Tenório (2002); Paulin, Turato (2004); Luchmann, Rodrigues (2007); Bueno, Caponi (2009); para citar apenas alguns exemplos.

voltadas a uma assistência pautada na atenção primária, visando a integração do doente à sociedade. O processo, ainda em curso, é complexo e marcado por especificidades, avanços e retrocessos, possibilitando, entre outras coisas, a abertura e reutilização dos espaços destinados a loucura, bem como o fechamento de grandes hospitais e o impedimento das internações compulsórias.

O patrimônio ligado a instituições de confinamento, como hospitais psiquiátricos, leprosários, hospitais de custódia, etc., assume dentro do patrimônio hospitalar uma dimensão muito específica e marcada por contornos sensíveis. A Colônia Juliano Moreira e o Hospital Miguel Bombarda representariam um modelo de internação que não faria mais parte do presente, ou que não se deseja mais no presente, se inscrevem nos embates de um dever de memória, apontados como exemplares de uma outra época. São lugares físicos e simbólicos de reflexão, trazendo à tona o sofrimento daqueles que foram confinados por longas décadas, apartados do convívio social.

Frente a

um presente aparentemente tolerante e benevolente perante os vestígios do passado, em que tudo se torna passível de ser investido de sentidos patrimoniais, seguimos assistindo a sistemáticos apagamentos de edificações dissonantes (BORGES, 2018b).

O termo “patrimônio dissonante” tenta delinear as especificidades de um patrimônio marcado por contradições, pensando “suas repercussões, visto que a dissonância refere-se à discordância ou à falta de acordo e consistência quanto ao seu significado” (ASHWORTH; GRAHAM; TUNBRIDGE, 2007, p. 36).

Esse embate mostra que o interesse pelo passado recente é perpassado por “fortes tensões entre a necessidade da lembrança e o atrativo do esquecimento” (ROUSSO, 2016, p. 24). No que tange aos casos aqui citados o “atrativo do esquecimento” parece mais sedutor que “vontade de memória” (NORA, 1993, p. 22), certamente por ser uma memória incômoda. A disputa pelo reconhecimento patrimonial, nesses casos, passa por outros caminhos que não a luta direta travada entre os diretamente envolvidos – os tidos como loucos. Não corresponde necessariamente ao reconhecimento de identidades ligadas a um espaço cercado de estigmas. Seria uma luta pelo direito à uma memória perturbadora, na qual os atores sociais diretamente envolvidos não estão essencialmente reivindicando um direito a memória, mas sim grupos sociais interessados em problematizar a importância deste patrimônio para a sociedade que o produziu, tais como médicos, acadêmicos, artistas, pessoas ligadas ao patrimônio cultural, etc.

Em ambos os espaços, os Museus criados dentro do espaço hospitalar procuram entrelaçar a história das edificações aos vários sujeitos que por lá passaram, tendo como fio condutor aqueles cujas histórias acabaram extrapolando os muros institucionais. Essa história inacabada sofre com a perda física de parte importante de suas fontes. No discurso do Museu Bispo e do Museu Miguel Bombarda, a valorização da arquitetura passa a ser acompanhada da tentativa de valorização da memória, principalmente a daqueles que viveram o internamento. Bispo, Jaime e outros pacientes ilustres são invocados para justificar a importância dos espaços que os apreenderam.

As visitas que realizei em 2018 às antigas edificações da Juliano Moreira e Museu Bispo foram marcadas pelo entrelaçamento entre a função original do espaço, os sentidos históricos e patrimoniais a eles atribuídos e seus

usos no presente. A potencialidade destes sentidos não são elementos inerentes a possibilidade de preservação dos patrimônios dissonantes, na maioria dos casos as especificidades e os motivos que levaram ao tombamento silenciam os embates sociais e éticos que cercam lugares perpassados por memórias ligadas ao confinamento, pensando aqui em instituições como hospitais psiquiátricos, leprosários, prisões, etc (BORGES, 2018).

Enquanto a Colônia Juliano Moreira ainda pulsa em um esforço obstinado frente ao abandono, em um enfrentamento travado pelo Museu Bispo, do outro lado do Atlântico, o Miguel Bombarda é apenas silêncio, uma cidade fantasma abrigada por altos muros gradeados no coração de Lisboa. O Museu, criado em 2004, segue funcionando de forma restrita, com visitação pouco divulgada, mas possível a pesquisadores em interessados que conseguirem obter autorização da ESTAMO, atual proprietária do lugar. Um último suspiro, ameaçado pelo apagamento do lugar.

Ainda que seja notório o alargamento da noção de patrimônio cultural em uma atitude benevolente em relação a diferentes tipologias, sujeitos e recortes, ainda é possível perceber a importância conferida a monumentalidade no que se refere principalmente ao patrimônio edificado. Nos casos aqui analisados, quando mencionadas, as funções hospitalares, ou psiquiátricas, servem para enaltecer os grandes nomes da psiquiatria, ou a modernidade do lugar e sua importância para a medicina psiquiátrica da época, deixando os internos e seus vestígios de fora, ou por eles passando apenas indiretamente.

Em 2013 foi arquivado o pedido de classificação de uma área mais ampla do Hospital Miguel Bombarda que envolvia: “edifício principal, edifícios das enfermarias, laboratório, telheiro para o passeio dos doentes e pátio contíguo, oficinas para os doentes, cozinha, painéis de azulejos de autoria de doentes e muro, poço e tanque”. A justificativa para o arquivamento era a avaliação que determinada que os “imóveis em apreço não reúnem valores patrimoniais inerentes a uma distinção como valor nacional”⁴⁰. Os bens em questão estão ligados aos pacientes, a seus espaços de vivência, bem como resultantes de suas expressões artísticas, como os azulejos.

Cabe salientar que o acervo do Museu Miguel Bombarda não entrou no processo de classificação do Hospital. O seu acervo é extenso e variado, composto por equipamentos médicos, mobiliário, arquivos clínicos de pacientes, entre eles os prontuários, fotografias; além da coleção de desenhos dos internos, bem como documentos variados que contam a história da instituição ao longo dos anos. Após o fechamento do Hospital em 2010, somente parte do acervo encontra-se exposto no Museu, o restante ficou sob a responsabilidade da administração do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa. Contudo, boa parte da coleção de obras reunida por Bombarda desapareceu com o tempo (FRANCO, 2017, p. 742). Nada disso consta como patrimônio cultural no processo de classificação do Hospital.

A respeito da Colônia Juliano Moreira, as edificações do Núcleo Histórico, protegidas à nível federal e municipal referem-se principalmente ao antigo engenho. A respeito do Aqueduto dos Psicopatas, na descrição elaborada pelo IPHAN, lê-se: “Aqueduto do final do século XVIII, composto de uma série de arcos simples e que conduzia água a um dos antigos engenhos de Jacarepaguá” (IPHAN, s.d.-a). Em outros extremos, a importância do conjunto tombado está ligada a história da “medicina psiquiatria no Brasil”:

A importância do conjunto tombado, constituído por algumas das edificações da antiga Fazenda e pelos pavilhões, se deve à variedade e qualidade arquitetônicas de cada um de seus elementos, com interessante disposição urbanística

40 Número do Processo: 99/3 (18). Código do sistema: Processo 13707.

no sítio, assim como ao seu valor histórico e cultural, referência à medicina psiquiátrica no Brasil. O edifício sede do Engenho Novo é construção simples, de feição neoclássica com dois pavimentos, e planta em U. Na fachada a modulação é ditada pela repetição regular de vãos. Entre os pavilhões construídos para a Colônia destacam-se: O Pavilhão nº 01 – construção eclética de dois pavimentos. Inspirado na arquitetura colonial inglesa, o edifício repousa sobre porão alto de cantaria. O Pavilhão nº 02 – composto por dois corpos simétricos justapostos, cujos telhados se encontram em uma calha que corre no centro da cobertura. No que se refere aos pavilhões 3, 4, 5, 6 e 7, são prédios de características simples, sem grande apuro arquitetônico mas integrados na ambiência do conjunto. As casas geminadas dos funcionários são edificações bastante simples que formam um conjunto bem integrado no núcleo da colônia. O pórtico neocolonial de planta quadrada com chafariz forma um espaço acolhedor. O conjunto, em decorrência do abandono, vem sofrendo ao longo dos anos um processo de deterioração.⁴¹

As celas, as paredes, as grades, os espaços pensados para os corpos que evidenciam as concepções psiquiátricas de determinadas épocas, bem como as apropriações que os sujeitos confinados faziam do lugar, são parte fundamental para a compreensão das práticas institucionais e só podem ser desvelados se tais espaços e suas marcas forem preservados. Tais espaços são documentos que permitem ler a história tecida por estas instituições ao longo do tempo. Sob esta perspectiva, a função original destes espaços é entendida como elemento imbricado aos sentidos históricos e patrimoniais a eles atribuídos, contribuindo para a desestigmatização da loucura, o que nem sempre é ressaltado pelos órgãos de preservação.

Neste sentido, o Museu Bispo intenciona recuperar as celas onde o artista viveu:

As paredes da cela onde viveu Bispo do Rosário estão completamente tomadas por desenhos que foram cobertos por camadas de tinta ao longo dos anos. Vamos retirá-las pouco a pouco, em um processo de restauração da camada original de tinta, na tentativa de revelar todo o universo criativo do Bispo impresso naquelas paredes”, afirma Ricardo Resende, curador do Museu [...].⁴²

Os novos sentidos inscritos na noção de patrimônio cultural agregam ferramentas fundamentais para a construção da cidadania. Hartog (2017, p. 43-44) questiona se a fase ascendente do patrimônio vem dando espaço a um refluxo, uma fase ordinária, um momento de pensar sobre o que conservar considerando que deve servir a vida. Caminharíamos assim para ações de patrimonialização que objetivam menos “preservar para transmitir do que para tornar mais habitável o presente e preservá-lo por ele mesmo: primeiro para seu próprio uso”. Não estamos só tratando de novos patrimônios, mas também de novas sociedades: mais descentralizadas, mais permeáveis, “mais dotadas de especialistas e profissionais especializados”, e principalmente “sociedades com maiores reivindicações de participação, sociedades mais heterogêneas” (PEIXOTO, 2009, p. 4). Um patrimônio que vai muito além da monumentalidade.

De modo conclusivo, resalto novamente que foi o incômodo causado pelo pedido de socorro inscrito nos muros do Hospital Miguel Bombarda que motivou a tessitura do presente artigo. Procurei aqui propor uma reflexão que sirva ao mesmo tempo ao conhecimento e que cumpra uma função social. Se nada for feito, em um futuro não muito distante, frente real a impossibilidade de salvaguarda material, teremos apenas o registro daquilo que ainda é possível armazenar e um mosaico de suportes variados

41 **Número do processo:** E-18/001.178/90. http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/369. Acessado em 30/05/2019.

42 <https://casacor.abril.com.br/arte/museu-revitaliza-e-incorpora-hospicio-em-que-bispo-do-rosario-viveu/>. Acessado em 30/05/2019.

que transitam entre visitas virtuais, pesquisas e reportagens com descrições detalhadas dos edifícios, campanhas fotográficas, exposições, etc. Uma história inacabada, ou, nas palavras de Bédarida: “uma história em constante movimento, refletindo as comoções que se desenrolam diante de nós” (BÉDARIDA, 1996, p. 229).

Tentei demonstrar a importância do entrelaçamento entre “a função original destes espaços aos sentidos históricos e patrimoniais a eles atribuídos” (BORGES, 2018a). Nesse caminho, a valoração patrimonial de lugares dissonantes pode contribuir para a desestigmatização dos sujeitos a eles ligados, “para que sobre eles se pense e se discuta, ajudando a diminuir os muros visíveis e invisíveis que separam os de dentro e os fora” das instituições de confinamento (BORGES, 2018^a). Neste sentido, os historiadores do tempo presente, possuem um papel desafiador, tecendo “uma transcrição em resposta a uma necessidade”.

Manter a obra de Bispo na Colônia Juliano Moreira e conservar o Museu Miguel Bombarda são atos de resistência, a potencialidade de conhecer as obras daqueles que viveram o internamento no local onde foram criadas confere significados instigantes e impensáveis aqueles que nunca adentraram em um hospital psiquiátrico. Se história do patrimônio é a “história da maneira como uma sociedade constrói seu patrimônio” (POULOT, 2006, p. 12), o reconhecimento de Bispo e Jaime como artistas é certamente reflexo de uma possibilidade de renovação através de políticas públicas voltadas à diversidade de expressões culturais.

A patrimonialização de hospitais esbarra na dificuldade de pensar o patrimônio ligado a dor e ao sofrimento. As políticas de preservação parecem ainda esbarrar na dificuldade de considerar o lugar em seus diferentes aspectos, atendendo todos os quadros possíveis de utilização dos edifícios ao longo de sua história, pensando nos múltiplos sujeitos que partilharam o espaço e que nele viveram parte de suas existências de forma compulsória. Questões delicadas e instigantes, que vão muito além da monumentalidade das edificações. O trabalho realizado pelos Museus contribui para que o patrimônio não sirva como instrumento de perpetuação de processos desumanização, de colonização, de exploração e apagamento das diferenças, de apagamento dos desvios e dos desviantes.

Referências

- ASHWORTH, G. J.; GRAHAM, B.; TUNBRIDGE, J. E. **Pluralising pasts: heritage, identity and place in multicultural societies**. London: Pluto Press, 2007.
- ANDRADE, A. P. M. de. **Sujeitos e(m) movimentos: uma análise crítica da reforma psiquiátrica brasileira na perspectiva dos experientes**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2012.
- AQUINO, R. **Museu Bispo do Rosário: Criação e resistência**. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2004.
- AQUINO, R. **“Do pitoresco ao pontual: Uma imagem-biografia”**. In: Lázaro, W. (org.) *Arthur Bispo do Rosário: Século XX*. Rio de Janeiro: Réptil, 2007.
- BARBOSA, R.; SIMÕES, S. **Arte e patrimônio face a face com o esquecimento**. Anuário do Patrimônio, 2014.
- BORGES, V. T. **Como a História Pública pode contribuir para a preservação dos patrimônios difíceis?** In: MAUAD, A.; SANTHIAGO, R.

- BORGES, V. **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018a.
- BORGES, V. **Memória pública e patrimônio prisional:** questões do tempo presente. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 310 - 332, jan./mar. 2018b.
- BORGES, V.; BAUER, L. **Outras memórias, outros patrimônios:** desafios do fazer com e para os sujeitos envolvidos.
- BORGES, V.; BAUER, L. (ogs.). **História Oral e Patrimônio:** Reflexões e Desafios. São Paulo: Letra e Voz, 2018c.
- BORGES, V.; MENEGUELLO, C. **Patrimônio, memória e reparação:** a preservação dos lugares destinados à hanseníase no estado de São Paulo. *Revista Patrimônio e Memória*. São Paulo, Unesp, v. 14, n. 2, p. 345-374, julho-dezembro, 2018d.
- BORGES, V. **A invenção de Arthur Bispo do Rosário: Loucura, Arte e Patrimônio Cultural.** São Paulo: Letra e Voz, 2019.
- BUENO, M. L. da S.; CAPONI, S. **A construção do discurso dos sujeitos envolvidos com o processo de reforma psiquiátrica:** um estudo sobre o município de Joinville/SC. *Interface*, Botucatu, v.13, n. 28, p.137-150. 2009.
- FILHO, A. J. de A. Etl. **Trajetória histórica da reforma psiquiátrica em Portugal e no Brasil.** *Revista de Enfermagem Referência - IV - n.º 4 – 2015.*
- FRANCO, S. G. **A estética da degeneração e a expressão dos alienados:** leituras de Júlio Dantas no Hospital de Rilhafoles. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, jul.set. 2017, p. 727-744.
- FREIRE, V. **Panóptico, Vanguardista e Ignorado.** Lisboa: Livros Horizonte, 2009.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** 15a. Ed. Rio de Janeiro, Graal, 2000.
- FOUCAULT, M. **A vida dos homens infames.** In: *Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 203-222.
- FRÓIS, J. (2016). **The Bestiary Art of Jaime Fernandes.** *Raw Vision*, 30-34.
- BÉDARIDA, François. **Tempo presente e presença da história.** In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Coords.). *Usos & Abusos da história oral.* Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 219-232.
- COSTA, R. G-R. **Apontamentos para a arquitetura hospitalar no Brasil:** entre o tradicional e o moderno. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, supl.1, dez. 2011, p. 53-66.
- CUNHA, P. M. F. da C. **O novo cinema português.** *Políticas Públicas e modos de produção (1949 – 1980).* Tese de doutoramento em Estudos Contemporâneos. Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra, 2014.
- DESVIAT, M. **A reforma psiquiátrica.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 1999.
- DELACROIX, C. **A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras?** *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39-79, Jan. Mar. 2018.
- DOSSE, F. **História do Tempo Presente e Historiografia.** *Tempo &Argumento.* Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5 – 22, jan/jun. 2012. <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304012012005/204>.
- HESPANA, P. (2010). A reforma psiquiátrica em Portugal: Desafios e impasses. In B. A. S. M. Fontes & E. M. M. Fonte (Eds.), **Desinstitucionalização, redessociais e saúde mental:** Análise de experiências da reforma psiquiátrica em Angola, Brasil e Portugal (pp. 137-162). Recife, Brasil: UFPE
- HARTOG, F. **Crer em história.** Belo Horizonte: Autêntica, 2017. IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Arquivo Noronha Santos. Aqueduto da Colônia de Psicopatas (Rio de Janeiro, RJ). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1677>.
- Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Ata da 89ª reunião do conselho consultivo do patrimônio cultural Rio de Janeiro.** 19 de setembro de 2018.

- LUCHMANN, L. H. H.; RODRIGUES, J. **O movimento antimanicomial no Brasil**. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.12, n. 2, p. 399- 407. 2007.
- Nora, P. **Entre memória e história**. A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- PAULIN, L. F.; TURATO, E. R. **Antecedentes da reforma psiquiátrica no Brasil**: As contradições dos anos 1970. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 241-258. 2004.
- PEIXOTO, P. Patrimônio e sociedade. Comunicação apresentada na conferência **O Patrimônio como Oportunidade e Desígnio: Ciência, Sociedade e Cultura, integrada no Dia Internacional dos Monumentos e Sítios: O Patrimônio e a Ciência**, 18 de Abril de 2009, Auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Mantém-se aqui o tom coloquial da apresentação oral.
- PERRIN, D; Schoenstein F. Protéger le patrimoine hospitalier au titre des monuments historiques. In: *In Situ*, V. 31. **Revue des patrimoines, Patrimoines de la Santé**: Essais de Définition - Enjeux de Conservation, Paris, 2017.
- POULOT, D. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- RAMOS, F. R. **Objetos do Caldeirão**: museu, memória e cultura material (1936-1997). *Est. Hist.*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 48, p. 366-384, julho-dezembro de 2011.
- ROUSSO, H. **A última catástrofe** : a história, o presente, o contemporâneo. Trad. Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV, 2016.
- SANGLARD, G.; COSTA, R. da G-R. **Patrimônio Cultural da Saúde**: uma década de reflexão e atuação sobre o campo. In: *Revista Memória em Rede, Pelotas*, v. 11, n. 20, Jan/Jun. 2019, p.p. 4-24.
- SERRES, J. C. P. **Preservação do patrimônio cultural da saúde no Brasil**: uma questão emergente. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, out-dez. 2015, p.1411-1426.
- SIQUEIRA-Silva, R., Nunes, J. A.; Moraes, M. (2013). **Portugal e Brasil no cenário da saúde mental**. *Fractal: Revista de Psicologia*, 25(3), 475-496.
- TENÓRIO, F. **A reforma psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais**: história e conceito. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 9, n.1, p. 25-59. 2002.
- TERMO de constituição da Rede Latino-Americana História e Patrimônio Cultural da Saúde, 2005. Mimeo.
- VENANCIO, A.T. A.; POTENGY, G. F. (org.). 2015. **O asilo e a cidade: histórias da Colônia Juliano Moreira**. Rio de Janeiro, Garamond, 336 p.
- VENÂNCIO, A. T. A. **Da colônia agrícola ao hospital-colônia**: configurações para a assistência psiquiátrica no Brasil na primeira metade do século XX. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 18, supl.1, p. 35-52. 2011.

Documentários

- Arthur Bispo do Rosário**. Direção: Fernando Gabeira, 1985. Biblioteca do Instituto de Psiquiatria da UFRJ.
- O Prisioneiro da Passagem**. Direção: Hugo Denizart. Produção: Ministério da Saúde, 1982. Acervo do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira, Rio de Janeiro.
- O senhor do labirinto**. Direção: Geraldo Motta Filho e Gisella de Mello, 2012.

Recebido em: 25/07/2019.

Aceito em: 18/12/2019.